

Portugal na encruzilhada

Spartacist Publishing Co
Box 1377, GPO
New York, NY 10001

2$50 Portugal
$0,10 EEUU e Canada
0,50 F FRANCE

Partido Comunista Português se alia com Spínola—e contra greves

—de *Workers Vanguard* No. 47, 21 junho de 1974

DO NOSSO CORRESPONDENTE ESPECIAL

LISBOA, 9 de junho—O govêrno provisório instalado em 16 de maio pelo General Spínola e pelo Movimento das Forças Armadas é uma medida temporária para preservar o domínio capitalista em Portugal. Apesar da inclusão de vários representantes de vários partidos burguêses do centro e dos dois maiores partidos dos trabalhadores, o Partido Comunista e o Partido Socialista, o regime tem encontrado, mesmo nos primeiros dias, graves ameaças à sua existência. A classe operária portuguesa, livre de repente da opressão de meio século da ditadura salazarista, e com permissão agora de se organizar livremente e de ter comícios pela primeira vez, agarrou a oportunidade para apresentar seus protestos e demandas

Reuniões em fábricas e escritórios votaram por aumento de salários, melhoramento das condições de trabalho, menos horas de trabalho, participação operária na indústria e pelo fim imediato da guerra colonial. Logo greves rebentaram no serviço telefônico ferrovias, aerovias, correio e eletricidade. Operários ocuparam os estaleiros da Lisnave, o maior de Lisboa, e demandaram salários em dôbro e contrôle da fábrica pelos trabalhadores. Os trabalhadores da Firestone, ITT e Timex entraram em greve e ocuparam as fábricas demandando aumento de salários e a remoção, pelo menos em parte, dos diretores acusados de cumplicidade com os "fascistas" do regime antigo.

A situação atingiu seu ponto alto na última semana de maio, quando a cidade de Lisboa foi paralisada por uma greve dos trabalhadores de transporte e os padeiros entraram em greve. Trabalhadores marcharam e manifestaram com bandeiras vermelhas, símbolos da foice e martelo e sinais proclamando "Abaixo o capitalismo". O país estava numa situação pré-revolucionária com a classe operária ignorando os urgentes apelos do govêrno provisório por "calma" e ordem. Por muitos dias o gôverno foi incapaz de dissipar o descontentamento das massas trabalhadoras por muito tempo reprimido.

Nos últimos dias de maio os trabalhadores portuguêses lançaram uma ofensiva que poderia levar à uma mobilização revolucionária de todas as massas exploradas Mas o mivimento nao atingiu o ponto de poder dual, característico de uma situação revolucionária. O que estava faltando era uma liderança revolucionária capaz de levantar as demandas necessárias à transformação do massivo descontentamento em uma direta luta pelo poder estatal.

O Partido Comunista, testa de ferro de Spínola

A traição do Partido Comunista Português foi a principal causa do não desenvolvimento de uma situação revolucionária. O PCP foi um passo à frente dos outros Partidos Comunistas em paises capitalistas na procura sem fim de alianças com "progressistas" para uma política de "coexistência pacífica". Em Portugal o PC simplesmente finge que encontrou um aliado liberal—o "anti-fascista" General António de Spínola, voluntário no exército de Franco durante a guerra civil espanhola e autor das práticas de "pacificação" nas colônias portuguêsas, as quais involvem a aniquilação total da população nas regiões sob contrôle dos rebeldes.

Quando Spínola formou o govêrno provisório para funcionar como relações públicas para a "Junta Militar da Salvação Nacional" êle incluiu Álvaro Cunhal, chefe do PCP como ministro sem pasta e o líder trabalhista do PC Pacheco Gonçalves como ministro do trabalho. A inclusão do PCP no fantasma "govêrno provisório" da frente popular foi uma manobra cuidadosamente calculada por parte da burguesia: o PCP foi o único dos partidos da classe trabalhadora que manteve alguma continuidade durante as longas décadas de repressão. Pela sua influência no meio das massas operárias o PCP daria credibilidade ao novo govêrno e poderia ser usado como um meio de conter os trabalhadores. O trabalho de Gonçalves como ministro do trabalho seria o de persuadir os operários a abandonarem as greves. E durante as recentes greves êle cumpriu sua função fielmente.

Os estalinistas dizem "não" às greves

O jornal do PCP, Avante!, publicou um editorial no dia 31 de maio condenando as greves como um ato adventurista de sabotadores (a esquerda) dirigido não apenas contra os empregadores mas também contra o govêrno, impedindo o processo do desenvolvimento democrático.

"As greves dos trabalhadores de transporte, dos padeiros, da CTT e outros, junto com rumores alarmistas espalhados pelos empresários, destinados a desorganizar o transporte, suprimento de combustível e alimentos, e outros setores chaves da economia nacional, nos permite detetar e trazer à luz do dia quem está interessado

---

**significa que foi retraduzido do inglês e pode não coincidir examente com o original em português.*

em sabotar o desenvolvimento normal do nosso processo democrático, quem quer criar um clima de panico, de tensão e crise, e quem tenta criar focos artificiais de descontentamento popular e portanto enfraquece a frente política formada em 25 de abril."*

(Cunhal disse depois que foram os monopólios que realmente "tentaram provocar um movimento de greves cujas consequências eram dirigidas contra o govêrno"* /Diário de Notícias, 8 de junho/.)

Em 1 de junho a Intersindical--a federação trabalhista controlada pelos comunistas--organizou uma manifestação em Lisboa para repudiar as greves. A manifestação atraiu cêrca de 10.000 e não precisa ser dito, abundavam cartazes do PCP proclamando "não à pela greve" e "por uma ofensiva contra os provocadores e reacionários". A multidão cantava "vigilância da classe trabalhadora", "abaixo os reacionários" e "fora com os provocadores".

No fim da marcha o ministro do trabalho Gonçalves (PCP) dirigiu-se à multidão. Ele denunciou a "confusão e as manobras das fôrças da reação", pediu aos sindicatos por uma linha de ação "realista", e avisou contra "oportunismo" e "adventurismo" os quais levam a uma divisão das "forças democráticas". Ele disse que "nós não podemos esquecer que a nossa herança econômica deixada pelos fascistas é pesada" e portanto "nós precisamos acima de tudo, usar os nossos direitos políticos responsável e continuamente".

Os trabalhadores desafiam o govêrno provisório

Embora o PCP fosse bem sucedido em trazer a maioria dos operários de volta ao trabalho e a euforia geral das primeiras semanas que seguiram o golpe tenha diminuido, a situação aqui está longe ainda da "normal". O povo português, proibido por um período de cinquenta anos de expressar livremente opiniões políticas, continua a discutir política intensamente Socialismo é a palavra que está na boca de todos atualmente e todo dia pelo menos um dos numerosos diários burguêses publica um debate sobre socialismo para Portugal. Uma nova exposição de membros da PIDE (a odiada polícia secreta de Salazar) pregada na parede do correio central foi cercada por multidões o dia inteiro. Quando uma manifestação anti-colonial marchou na praça do Rossio, dezenas de espectadores apareceram para escutar atentamente e gritar frases de suporte.

Embora a manifestação da Intersindical para volta ao trabalho fosse anunciada intensamente nos jornais, ela atraiu uma multidão de 10.000, muito menor do que a esperada. Uma manifestação em volta da demanda pela "independência imediata e total para as colônias" iniciada duas semanas antes por grupos à esquerda dos comunistas, atraiu uma multidão de tamanho igual.

Grevistas da Timex, Olivetti, na indústria química, automobilista, eletricidade e ferrovias entre outras continuaram as ocupações das fábricas além do dia 31 de maio em desafio ao pedido do PCP por paciência e afirmações de que a economia portuguesa não poderia suportar as demandas dêles. Um militante da Timex cuja fábrica foi ocupada por tres semanas, disse a Workers Vanguard que a arma da greve era um direito que tinha que ser defendido a qualquer custo e que os trabalhadores da Timex não estavam dispostos a voltar ao trabalho antes que as demandas dêles tivessem sido discutidas.

Manifestações operárias continuam. Todos os dias há duas ou tres em frente do ministério do trabalho, enquanto o ministro Gonçalves se esconde por detrás das cortinas de seu escritório, para se encontrar depois com os representantes da manifestação para negociar (para menos) as demandas dêles. Numa manifestação em volta da demanda por aumento de salários, trabalhadores da fábrica de automóveis de J.J. Gonçalves gritaram "fascista" e "bandido" em frente do escritório do Ministro Pacheco Gonçalves, dificilmente uma expressão de confiança neste suposto representante da classe operária. Outro dia, trabalhadores da Timex demonstraram sob bandeiras proclamando "Abaixo o capitalismo" e "Timex marca a hora da liberdade".

Enquanto que o govêrno estabeleceu um salário mínimo de 3.300 escudos por mês, dizendo que isso era o máximo que a pobre economia poderia sustentar, êle recentemente deu aumento de salários para membros das forças armadas cujos salários já eram duas vezes os dos operários de indústria e tres vezes os dos trabalhadores agrícolas.

A junta se move em direção da repressão

No dia 1 de junho, Spínola disse ao O Século que com o estabelecimento do Conselho de Estado, "a estrutura política que irá orientar o país na direçao da nova constitução está completa". O Conselho será um "orgão fundamental da democracia portuguesa" com as funções de "equilíbrio, segurança e modernização". "A fase de pronunciamentos militares" está portanto terminada e o "retôrno à um clima de instituições legítimas" está aberto".*

Apesar dessas referências ôcas e demagógicas à "normalidade" e "democracia", Portugal continua a ser perturbado por tensões e o govêrno está agudamente alerta acerca desse fato. Um joven oficial do exército disse a Workers Vanguard que há dissensões no meio das fôrças armadas e oposição à política de Spínola em relação às colônias. De acôrdo com informações recebidas, numa unidade militar em Tancos uma reunião de mais de cem soldados passou uma resolução declarando que a guerra de libertação das colônias era uma luta justa e afirmando que êles se recusariam a embarcar para as colônias qualquer que fosse o pretexto.

Apesar do ritmo frenético das suas reuniões sem fim com diplomatas estrangeiros (incluindo o embaixador da reacionaria junta militar do Chile) e com importantes capitalistas que visitaram seu escritório para dar as boas vindas ao novo regime, Spínola achou necessário fazer uma jornada nacional para consolidar unidades militares regionais e a-

lertar o povo português sobre as "forças da anarquia". A linha dêle é completamente sem distinção com a do PCP (o que quer dizer que a linha dos estalinistas é indistinta da dos generais): os trabalhadores portuguêses devem ser realistas nas suas demandas. Numa visita a Tomar, êle disse a uma grande multidão:

"O clima emocional dos primeiros momentos já passou, chegou a hora do povo português voltar coletivamente à razão.... êle deve refletir friamente sobre a realidade econômica do país em que vivemos, sob o perigo de ir em direção a uma crise de desemprêgo com dramática privação e miséria.... Eu estou convencido que o povo português escolherá o caminho seguro repudiando as palavras vazias dos falsos arautos da liberdade."*

Muitas pessoas aqui já acreditam que as vozes dos "falsos arautos da liberdade" não serão toleradas dentro memo de tres semanas. Realmente, com a onda de greves passada e com o servilismo do PCP provado em ação, Spínola já começou a repressão da esquerda. Uma manifestação de mil pessoas em frente do Hospital Militar de Estrela demandando a liberdade de Pedro Peralta, um capitão do exército cubano capturado em Guiné enquanto ajudava os rebeldes do PAIGC, foi dispersada com gás lacrimogênico e cassetetes de policiais montados.

Em 7 de junho, Saldanha Sanches, o editor de Luta Popular, o jornal do maoista "Movimento Reorganizativo do Partido Proletário" (MRPP), foi preso no meio da noite em sua casa. A desculpa dada para a prisão foi de que Luta Popular tinha reimpresso um comunicado da "Resistência Popular Anti-Colonial" o qual apelava para a "deserção em massa e com armas dos membros das forças armadas mobilizados para a África" (O Século, 8 de junho).* Embora a libertação de Sanches é de importância crucial para toda a esquerda e é um ponto óbvio de unidade, o sectário MRPP se recusa por razões de princípio em aceitar o suporte de qualquer outra organização.

O PCP por sua parte está mostrando sinais de trepidação acêrca de sua posição como a cobertura de esquerda para um govêrno que já mostrou que é violentamente oposto aos interêsses da classe operária. Um editorial em Avante! (7 de junho) moveu ligeiramente de uma posição de total suporte à Junta de Salvação Nacional e afirmou:

"Em Portugal existem algumas liberdades essenciais. Mas não existe ainda um regime democrático. A situação actual é transitória. Existe uma plataforma--o programa do Movimento das Forças Armadas vitorioso em 25 de Abril--para a solução dos problemas de emergência, para a liquidação do fascismo e a preparação de eleições livres. Mas a solução dos grandes problemas nacionais está fora do âmbito e das possibilidades da actual coligação de forças governantes."

A conclusão todavia é ainda a mesma:

"Nas condições actuais, coloca-se perante o povo português uma clara alternativa: ou se consolidam as liberdades, se prossegue o processo de democratização até à realização das eleições para a Assembleia Constituinte, ou a vitória do 25 de Abril será posta em causa e teremos uma nova ditadura, eventualmente ainda mais violenta."

Independência para as colônias

Neste momento, o govêrno de Spínola está sentindo a maior pressão pela situação nas colônias africanas. As negociações com o PAIGC e Frelimo foram interrompidas por causa do assunto fundamental--independência. Os rebeldes até agora estão querendo independência total enquanto que Spínola se recusa a concedê-la. Samora Machel, presidente da Frelimo põe da seguinte maneira: "Independência não é negociável. O que pode ser realìsticamente negociável são as maneiras de alcançar independência" (O Primeiro de Janeiro, 4 de junho). Domèsticamente Spínola sofre pressões dentro do govêrno e das forças armadas para um fim rápido da guerra colonial que consome 50% do orçamento.

Recentemente, líderes do Partido Socialista declararam que êles deixariam o govêrno se as negociações falhassem. Mas falha para esses "socialistas" nao significa a falha em conceder independência imediata mas simplesmente falha em acabar uma guerra custosa e impopular. O ministro de relações exteriores, Mario Soares do Partido Socialista, o "embaixador para as colônias" declarou:

"Nós estamos dispostos a conceder independência, mas nós temos compatriotas nesses territórios, nós temos legítimos interesses lá. Ninguém pode esperar que um govêrno responsável abandone 500.000 do nosso povo em Angola e 200.000 em Moçambique sem garantias satisfatórias. Nós pedimos que outros países africanos (Rhodésia e Africa do Sul) nos ajudem a proteger nossos compatriotas e nossos interêsses legítimos."*
--Diário de Lisboa, 1 de junho

Uma derrota militar e a perda dos "interêsses legítimos" de Portugal seria um golpe sério contra o govêrno de Spínola. A economia portuguesa depende pesadamente de investimentos e privilegiadas relações de comércio com as colônias, sem os quais êle teria que depender inteiramente dum território pequeno e pouco desenvolvido. A agitação de vários grupos da "extrema esquerda+ de Portugal em torno do slogan "independencia total e imediata para as colônias" corresponde a uma tarefa chave do proletariado português. Todavia, suporte para a independência não implica suporte para os "movimentos de libertação" africanos como o veículo para libertar da opressão as massas coloniais.

O maoista MRPP, bem como a maioria de outros grupos à esquerda do PCP/PSP suporta incondicionalmente esses movimentos. Os supostos trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI--uma organização simpati-

zante do Secretariado "Unificado", da ala pró-Mandel) tentam criticá-los porque "êles não tem nenhum programa real" e "fazem apenas referências vagas ao socialismo". Todavia isso não é evidente nas manifestações públicas onde a LCI marcha sob slogans "Viva PAIGC, MPLA, Frelimo". O único caminho para a liberdade para as massas coloniais é através da construção de um partido da vanguarda operária, o qual liderando os camponêses e em coordenação com os movimentos operários em Portugal e África do Sul, leva a cabo uma revolução socialista. Os comunistas não devem pôr nenhuma confiança nos nacionalistas pequeno-burgueses, os quais, quaisquer que sejam suas "vagas referências ao socialismo" simplesmente querem estabelecer seus própios estados capitalistas.

A esquerda portuguesa

É dito que em Portugal, o govêrno tem "grandes olhos". Dum lado êle tem o Partido Comunista para vigiar os trabalhadores e do outro êle tem o Partido Socialista para vigiar a Europa e as colônias. O PCP está repetindo uma vez mais o mesmo papel que os estalinistas fizeram várias nezes nos últimost cinquenta anos. Sob o pretexto de uma "frente unida contra o fascismo" ou "frente popular" êle procurou manter uma "unidade das forças democráticas" (i.é., com os generais e capitalistas "progressistas") e bloquear o avanço da classe operária, enquanto que êle acusa a esquerda de "sabotadores" e "agentes da contrarevolução". Foi a mesma política que preparou o caminho para o govêrno de Vichy na França e para a vitória de Franco na Espanha.

O PCP pôde assumir esse papel por falta de uma clara alternativa revolucionária, com o resto da esquerda em desordem. Em vez de simplesmente rotular o PCP como um "agente do capitalismo" como faz a maior parte da extrema esquerda portuguesa, socialistas devem exigir que o PCP tome o poder em seu nome propio. Sem poder se esconder atrás dos militares, o PCP será exposto diante da classe operária e será então possível quebrar o domínio que êle tem sobre as massas.

O MRPP (maoista), a maior força organizada à esquerda do PCP/PSP chama o PCP de revisionista, mas o slogan do MRPP, "O povo vencerá", é dificilmente do slogan do PCP, "unidade das forças democráticas" e leva à mesma obstrução da luta da classe operária. Dessa maneira, durante a enorme onda de greves no fim de maio, quando a classer operária portuguesa estava na ofensiva política contra o govêrno, o MRPP realmente ficou a reboque dos trabalhadores, tentando organizar em volta da demanda econômica de uma semana de 40 horas de trabalho.

A esquerda ostensivelmente revolucionária de Portugal sofre terrívelmente por ser um movimento jovem e por ter tido que operar clandestinamente. Muitos grupos tiveram muita pouca oportunidade de desenvolveer um programa através da prática e de uma luta política aberta. Típico dessa situaçao é a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), cuja grande proporção de membros foi solta da prisão a pouco tempo atrás. A LUAR diz que seu programa é "a luta pelo socialismo", mas êla não tem a mínima idéia de como chegar lá.

Em vista da isolação na clandestinidade e medo de futura repressão, a extrema esquerda portuguesa está tentando compôr uma falsa unidade. A LCI, LUAR, o Partido Revolucionário de Proletariado (PRP), a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URM-L) maoista, os Grupos pela Independência Total e Imediata para as Colônias (CIC), e as Comissões de Base Socialistas (CBS) estão tentando cimentar uma unidade baseada na "independência total e imediata das colônias", "rejeição do oportunismo do PCP e da sua traição da classe operária", e "revolução socialista como o único meio de libertação do proletariado português". Mas o que é preciso agora não é quaiquer ampla unidade da extrema esquerda, mas a construção de um partido bolchevista o qual, tendo absorvido as lições das lutas de Lenin e Trotsky contra as traições dos social democratas e estalinistas, é capaz de propôr um programa marxista de independência da classe operária em relação a burguesia e de liderar as massas para frente na luta pelo poder.■

Derrotada a greve do correio português

—de Workers Vanguard No. 48, de julho de 1974

DO NOSSO CORRESPONDENTE ESPECIAL

LISBOA, 25 de junho--Depois de tres semanas de fúteis negociações com o novo govêrno português, 35.000 trabalhadores da CTT (a agência oficial de correio e telecomunicações) entraram em greve à meia noite de 16 de junho. A greve fechou a agência de correio em escala nacional e diminuiu serviços telefônicos fora de Lisboa e Porto, as únicas cidades com serviço telefônico sob outra compania.

A greve foi votada por delegados democràticamente eleitos, de cada um dos locais de trabalho, os quais então deram a liderança diária da greve à Comissão pró-sindicato. A comissão é um pequeno grupo que está lutando pela formação de um sindicato para os trabalhadores da CTT, que não é permitido pelo govêrno.

A greve foi quase total, com talvez 2-3.000 trabalhadores não aderindo. Os grevistas demandaram férias com pagamento integral, um salário mínimo de 6.000 escudos, 35 horas de trabalho semanais, pagamento de horas extras, e promoção imediata para os trabalhadores na mesma categoria por mais de cinco anos.

Tres dias depois, os grevistas retornaram ao trabalho sem terem ganho absolutamente nada. Eles cederam às ameaças do govêrno de mandar tropas contra os grevistas, e à maldosa campanha dos liberais e do Partido Comunista de manipulação de opinião pública contra os grevistas.

O govêrno lançou seu ataque imediatamente. Ignorando o fato de que o voto de greve tinha sido tomado por delegados dos lugares de trabalho, êle tentou impingir a culpa na Comissão pró-sindicato, e apelou para a consciência dos trabalhadores individuais para ir contra a greve:

> "...o govêrno não pode senão notar que embora a greve é um direito dos trabalhadores, ela não pode ser usada indiscriminadamente sem antes esgotar todas as possibilidades de negociações, as quais neste caso o govêrno estava ainda cometido a continuar.
> "Ele apela portanto para a consciência política dos operários da CTT, de maneira que êles pensem sobre as consequências da greve neste momento, pelas quais êles serão totalmente responsáveis, a certeza de que o govêrno não deixará de mostrar a firmeza que a situação requer para assegurar a vida normal do país."
> --Diário de Notícias, 17 de junho

Quando os operários permaneceram unidos em face desse ameaça, o govêrno provisório levou a cabo suas promessas de "firmeza". No terceiro dia com os grevistas ainda firmes, o govêrno chamou o exército para intervir. O General Costa Gomes concordou amigàvelmente.

Ainda mais devastador à greve do que a ameaça de intervenção pelo exército, foi a campanha dos traidores do Partido Comunista. Tendo obtido duas cadeiras no gabinete do General Spínola, incluindo a de ministro do trabalho, o PCP estava naturalmente em "perfeita unidade" com a linha governamental de que a interrupção de trabalho em um setor vital da economia nacional contradizia o "progresso normal em direção à democracia". Essa linha de fura-greve foi apoiada pela federação sindical liderada pelos estalinistas, a Intersindical: "Certas demandas feitas nesta ocasião são uma afronta à democratização do país" (Diário de Notícias, 20 de junho).*

Mas o Partido "Comunista" não ficou só em meras palavras. Em várias partes do país os estalinistas organizaram demostrações contra a greve. Eles tembem formaram esquadrões que quebraram vidraças, e ameaçaram entrar nos lugares de trabalho ocupados. Em Bragança, onde uma dessas quadrilhas realmente entrou na agência do correio, os trabalhadores permaneceram firmes na recusa de retornar ao trabalho. (Durante a greve os operários da CTT continuaram serviços vitais como comunicacões urgentes com hospitais, médicos, farmácias, bombeiros, etc.).

Sob a ameaça de intervenção do exército e do perigo de agressão por parte das quadrilhas organizadas pelo PCP, as negociações entre a Comissão pró-sindicato e o govêrno foram reabertas em 19 de junho. Apesar de suas declarações dois dias antes, de que êle estava cometido a continuar as negociações, os representantes do govêrno abandonaram uma reunião dizendo que êles tinham feito a oferta final. No dia seguinte as autoridades declararam pelo rádio que tinha sido a Comissão que tinha abandonado negociações e uma vez mais elas tentaram passar por cima da Comissão, apelando diretamente aos trabalhadores para voltarem ao trabalho ao publicar nos jornais uma tabela das categorias de salário propostas. (Além disso essa tabela era realmente mais baixa do que a última oferta governamental na mesa de reuniões!)

Imediatamente depois da sessão de 19 de junho, a Comissão tomou a posição de abandonar a greve e convocou uma reunião dos delegados. No começo os delegados estavam firmes na sua resolução de continuar a greve, mas depois de discutirem quatro horas, a Comissão trouxe-os à sua posição de que a greve não poderia continuar devido às ameaças de dano físico aos grevistas e "porque a impopularidade da greve estava semeando dissenção dentro da classe".

A Comissão adotou um novo conjunto de demandas o qual ela pretendia pôr para o voto dos delegados em 26 de junho. As demandas incluiam um salário mínimo de %.000 escudos, um desconto de 75% nas farmácias para os operários da CTT, contrôle da previdência social e do pessoal (transferências, admissões e promoções) pelos trabalhadores, demissão de todos os simpatizantes do velho regime e as mesmas demandas de promoção imediata. Mas a Comissão tinha abandonado a posição de fôrça e tendo liderado os operários numa greve que tinha-se tornado inútil, ela perdeu a iniciativa para o govêrno. Há uma menor oportunidade de vitória agora, mesmo apesar das demandas serem menores.

A derrotada greve foi mais uma lição da falsidade das pretensões de Spínola de garantir liberdades democráticas sob o novo regime Em outras palavras, o direito de greve será "permitido" (embora "regulado", naturalmente) enquanto que êle não é usado em setores importantes da economia É precisamente porque os meios de comunicações são vitais para as operações da burguesia que

o govêrno respondeu imediatamente com a ameaça de usar fôrça. Tendo-se saído bem, o govêrno estará mais do que pronto para usar os mesmos métodos para esmagar outras greves.

Por uma defesa intransigente do direito de greve ilimitado para todos os trabalhadores em Portugal! Com o govêrno dizendo que não pode pagar e se recusando a aceitar as justas demandas dos empregados da CTT, o único jeito para os trabalhadores do correio e telecomunicações ganharem o salário que êles necessitam, expulsarem os criminosos do regime salazarista e ganhar contrôle do departamento pessoal é ocupar as instalações e fazê-las funcionar sob contrôle operário. (Isso seria também um tremendo passo na direção da organização da resistência em têrmos nacionais, a qualquer movimento da junta destiando a esmagar o movimento operário).

Uma greve para tais demandas requere uma organização audaciosa e rigorosa para alcançar vitória: ocupação das fábricas e escritórios da CTT e expulsão de todos os representantes do govêrno, defesa armada para proteger os grevistas contra as quadrilhas estalinistas e contra um ataque do exército, eleição de um comitê de greve, responsável aos operários e que pode ser substituido a qualquer hora. Da mesma maneira, é necessário manter ligações com trabalhadores militantes através do país, lançar greves pela obtenção da semana de 30 horas sem diminuição de salário (Portugal sofre de um desemprêgo maciço o qual força milhares de trabalhadores a emigrar em busca de trabalho), completa proteção contra inflação (escala móvil de salários, uma demanda chave tendo em vista que a inflação em Lisboa é atualmente 20% por ano), mesmo pagamento para mesmo trabalho (importante por causa da discriminação contra milhares de mulheres e prêtos), salário mínimo em dobro e expropriação, sob contrôle operário, dos bancos, indústrias e monopólios (CUF, Espirito Santo, Champalimaud, etc.) que dominam a economia do país.

Tais greves requerem uma organização e liderança as quais, dada a política de fura-greve do estalinista PCP, não podem vir dos sindicatos de Intersindical; é necessário estender as comissões operárias, eleitas democràticamente, a todos os lugares de trabalho e coordená-las através de um conselho nacional de comissões operárias e comissões de greve. Mostrando a seus irmãos operários em uniforme que o interêsse dêles está na luta conjunta contra os generais, militantes devem também agitar pela formação de comitês de soldados ligados às comissões operárias.

Contrôle operário, comissões operárias, ocupações de fábricas, defesa armada dos piquetes, um conselho central de comitês de greve a comissões operárias, a formação de comitês de soldados--todas essas medidas levam a uma inevitável confrontação com Spínola e com a junta. Dada a presente desorganização do movimento operário, a ocasião não é apropriada para uma colisão frontal, e revolucionários devem portanto tentar evitar choques armados adventuristas com tropas pró-junta (coisa que os maoistas e castristas podem muito bem tentar).

De qualquer maneira, as massas devem ser educadas a terem cuidado da junta e do títere govêrno provisório, êles devem ser arrancados da influência da traidora liderança do pró-Spínola PCP e da Intersindical. A convocação para massivas demonstrações unitárias (preservando o direito de cada organização de ter seus própios slogans e cartazes) defendendo o direito a greve, contra censura, por eleições imediatas para uma assembléia constituinte, para a independência incondicional das colônias e pela imediata retirada das tropas da Africa, pode ajudar nesse processo de clarificação política.

Os reformistas do PCP não tem a mínima intenção em se separar dos generais e do seu govêrno provisório e lutar por um govêrno operário baseado no conselho nacional de comissões operárias. A recusa dos traidores estalinistas em lutar por um govêrno operário mostra concretamente para as massas trabalhadoras quem esses falsos comunistas realmente suportam, não os trabalhadores que êles dizem que representam, mas a burguesia "democrática" do regime de Spínola.

Mas a chave para levar a luta para frente, não é simplesmente uma demonstração ou um slogan, mas a questão fundamental da liderança revolucionária. Embora grandes segmentos da classe operária portuguêsa rejeitaram a liderança do fura-greve PCP, não existe ainda nem uma liderança alternativa reconhecida de trabalhadores militantes nem um partido que tem demonstrado a abilidade de levar a luta para a vitória. A construção de tal partido, que pode ser construido apenas na base do marxismo-leninismo e do Programa de Transição trotskista, como parte de uma Quarta Internacional renascida, é a tarefa fundamental que os revolucionários enfrentam hoje em Portugal. ■

WORKERS VANGUARD

Assine! ☐ US $5—24 núm. (via superficie) ☐ US $15—24 núm. (via aérea)

incluje SPARTACIST

paga à/remeta à:
Spartacist Publishing Co.
Box 1377, GPO/NY, NY 10001/EEUU